

MTST: A RADICALIDADE NA LUTA POR MORADIA

Amanda Caroline de Oliveira¹

Sofia Vendramini Andrade²

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar o significado histórico do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), considerando o contexto em que ele se constituiu, seus objetivos e suas formas de luta. Para tanto, nos apoiamos nos apontamentos teórico-metodológicos de Witold Kula para a compreensão e estudo dos movimentos sociais, tendo como base o materialismo histórico dialético. Consideramos o MTST um movimento social organizado que alcança a essência da problemática urbana no contexto das relações sociais capitalistas, visto que não luta apenas pela moradia e reforma urbana, mas tem como estratégia a revolução socialista. E aponta como mediação a construção do poder popular.

PALAVRAS-CHAVE: MTST, movimentos sociais, questão urbana.

ABSTRACT: The article aims to analyze the historical significance of the Movement of Homeless Workers (MTST), considering the context in which it was constituted, its objectives and its forms of struggle. For this, we rely on Witold Kula's theoretical-methodological notes for the understanding and study of social movements, based on dialectical historical materialism. We consider MTST an organized social movement that reaches the essence of urban problems in the context of capitalist social relations, since it does not only fight for housing and urban reform, but its strategy is a socialist revolution. And it points out as mediation the construction of popular power.

KEYWORDS: MTST, social movements, urban issue.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, membro do Núcleo de Estudos LUTE – Lutas Sociais, Trabalho e Educação.

² Acadêmica do Curso de História, da Universidade Federal de Santa Catarina, membro do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho – TMT.

1. INTRODUÇÃO

Nos 100 anos da Revolução Russa, temos o desafio de avaliar esta grandiosa experiência histórica e ao mesmo tempo analisar as formas atuais de organização da classe trabalhadora, particularmente seu potencial de organização e luta revolucionária. No caso deste trabalho, propomos o estudo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST.

Segundo Marx e Engels (2003, p. 36), “todos os movimentos históricos precedentes foram movimentos minoritários, ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento consciente e independente da imensa maioria, em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada inferior da nossa sociedade, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial” Remetendo-nos ao clássico Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, de 1848, compreendemos que a sociedade moderna divide-se em classes antagônicas, o proletariado que se reproduz na sociedade em constante conflito com a burguesia. Desta relação e na práxis diária onde se forjam os instrumentos de luta desta classe, será possível criar a possibilidade de pôr fim ao modo de produção capitalista.

A partir destes pressupostos, este trabalho tem por objetivo analisar um dos instrumentos da classe trabalhadora em sua luta contra o capital, os movimentos sociais, em específico o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Para tanto, utilizaremos dos apontamentos teórico-metodológicos de Witold Kula no que se refere ao conceito e ao estudo de um movimento social. Nos apoiamos em pesquisa bibliográfica e documental baseada em arquivos do próprio Movimento e de fontes jornalísticas.

Segundo Kula (1977), movimentos sociais são organizações massivas que tem por objetivo a transformação do modelo econômico vigente de distribuição da renda e do sistema político. Para conseguir captar a totalidade da estrutura e das relações de determinado movimento social, o autor se utiliza do método indicado por George Rudé:

em primeiro lugar a localização da insurreição em seu contexto histórico. Segundo problema, definir a composição da multidão em ação; quais grupos a compõe, qual é sua origem social e ocupacional? Como varia a composição da multidão ao longo do movimento, como cresce ou diminui quantitativamente? Em terceiro lugar deve estudar-se os tipos de atividades da multidão, quais são as vítimas e os alvos dos ataques. Imediatamente surge o problema dos objetivos, das ideias ou motivos que levaram à revolta. (...) Em seguida devemos estudar o grau de eficácia da repressão. Isso tem a ver com a efetividade da dominação social e a capacidade de organização dos revoltosos. (RUDÉ *apud* KULA, 1977, p. 320).

Kula, ao se referir aos movimentos pré-industriais, reflete sobre as possibilidades de um movimento local se tornar um levante de longo alcance, o que depende, quase sempre, da conjuntura e da incorporação de outros setores sociais ao levante. Por último, traz a necessidade de se estabelecer uma cronologia histórica do movimento e de seu surto de violência popular, para então avaliar seu significado histórico, comparando-o com outros fenômenos similares e esboçando uma interpretação. Com base nas orientações metodológicas de Kula e Rudé, buscamos analisar o MTST, nosso foco de estudo.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Para que seja possível uma análise coerente dos movimentos sociais, faz-se necessário um aprofundamento sobre a estrutura histórico-social. Dessa forma, para compreendermos o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, buscamos observar as condições materiais em que emerge este instrumento de luta da classe trabalhadora.

A constituição do MTST se dá por volta de 1997 na cidade de São Paulo. Esta década é marcada pelo incipiente projeto neoliberal que se instaura no Brasil e já anda a passos largos em outras regiões do mundo. Durante os anos de 1970, o modo de produção capitalista se apresenta em um ponto desfavorável de sua reprodução, tanto em relação aos elementos políticos quanto econômicos.

Conforme expõe Netto e Braz (2008, p. 215), no campo da economia, o cenário era de “desaceleração do crescimento, rápida queda da taxa de lucros, e aumentavam os custos das garantias conquistadas pelo trabalho, mediante o reconhecimento dos direitos sociais (resultante das lutas conduzidas pelos trabalhadores)”. Enquanto isso, o quadro político se configurava com a profusão dos movimentos libertários e as revoluções populares, tendo como principal expoente da década de 1970 o fim dos impérios coloniais (tão vantajosos para o imperialismo) e a vitória anticolonialista no Vietnã.

As contradições presentes no sistema capitalista desembocam em profundas crises econômico-sociais que aprofundam a precarização da vida. De modo geral, o capital precisa destruir-se para reinventar-se, ou seja, é durante o processo de recessão que são realizadas as chamadas reestruturações produtivas do capital.

O neoliberalismo é a expressão da reestruturação do capitalismo pós anos 1970, denominada acumulação flexível. Em seu cerne, o neoliberalismo estrutura uma nova forma de exploração, substituindo as antigas formas rígidas de produção (taylorismo-

fordismo) pela forma flexível. David Harvey, no estudo sobre a terceira fase do imperialismo, a acumulação flexível, caracteriza-a da seguinte maneira:

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos [...] e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY *apud* NETTO e BRAZ, 2008, p. 215)

No campo da produção, a antiga fábrica que realizava o processo completo de fabricação é fragmentada e desterritorializada. Um dos objetivos do deslocamento e expansão do capital está na alocação das indústrias em locais onde o movimento sindical não tem tradição organizativa, e também onde a força de trabalho tem um valor rebaixado e encontra-se propícia à graus elevados de exploração.

Ainda em relação ao trabalho, verifica-se a aceleração da precarização, este processo se expressa principalmente na flexibilização e terceirização das relações de trabalho. Como sintetiza Netto e Braz (2008, p. 218), “todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho”.

Seguindo esta análise, vale ressaltar que o neoliberalismo não é apenas um conjunto de elementos políticos e econômicos, mas se expressa também na cultura, educação e ideologia, entre outros aspectos. Vemos assim o crescimento de medidas que mutilam e degradam os direitos sociais, entre eles a seguridade social.

No bojo destas medidas será desencadeado um rápido e complexo processo de privatização dos organismos de Estado. Os primeiros focos serão as grandes indústrias estatais (são exemplo: a venda da Fábrica Nacional de Motores em 1977, Vale do Rio Doce em 1997, entre outras) e em seguida todos os serviços necessários para reprodução da vida da população (saúde, educação, saneamento básico, transporte...).

Confrontando a falácia das medidas de Estado mínimo, Netto e Braz esclarecem que:

O objetivo real do capital monopolista não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado Mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (2008, p. 227)

São com estes traços econômicos, políticos e sociais que o Brasil acompanhará o movimento internacional, o que interferirá crucialmente nas cidades e no problema da moradia.

3. A QUESTÃO URBANA

Antes de trazer a questão urbana, é necessário compreender o que é a urbanização e como se deu esse processo que modificou as formas de vida e as relações sociais e de trabalho. É na Inglaterra que vemos essas mudanças ocorrerem de maneira mais evidente a partir da Revolução Industrial. Este processo transformou a economia do país, com a industrialização capitalista, o assalariamento, a migração e a concentração urbana.

A urbanização é, portanto, um processo de organização do espaço que resulta da concentração de um grande número de pessoas. As indústrias são um elemento importante na constituição das cidades, ainda que elas não fiquem presas ao lugar.

Segundo Marx e Engels (MACIEL e GONÇALVES, 2016, p.45), as cidades se urbanizaram articuladas à expansão do modo de produção capitalista. A forma de produção (o trabalho), influenciam não somente o chão de fábrica, mas toda a configuração urbana. Lefebvre (MACIEL e GONÇALVES, 2016, p.44) considera as cidades como espaços que refletem as relações de produção, ou seja, permitem a manutenção de formas de acumulação, exploração e segregação. Isso gerou uma série de problemas sociais que agravam a condição do trabalhador, um deles é a questão habitacional.

Trazendo novamente o exemplo da Inglaterra, no que diz respeito à moradia, foram criadas vilas operárias erguidas por industriais, para que os trabalhadores se fixassem próximos às fábricas. As moradias oferecidas eram precárias, como fica exemplificado na passagem do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels "(...) na Inglaterra, agora, constrói-se tão barato que as casas balançam quando uma carroça passa por elas e diariamente há aquelas que desabam" (ENGELS *apud* BOTELHO, 2016, p.13). O baixo custo com a moradia do trabalhador significa um menor custo com a força de trabalho, acarretando em uma redução do salário.

No Brasil, essa situação se modifica, mas mantém a mesma lógica. Aqui são as favelas e periferias que reduzem os custos com a reprodução da força de trabalho, deslocando os mais pobres das áreas centrais para as áreas periféricas. Hoje, no Brasil, mesmo com opções de moradia que lembram as vilas operárias de que Engels falava, como

o programa do governo petista *Minha Casa Minha Vida*, a falta de acesso à moradia é a realidade para um grande número de brasileiros. Mas isso não é um acaso, "é um produto necessário da forma burguesa da sociedade; que sem escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário e, portanto, da soma de mantimentos necessária para garantir sua existência e reprodução" (ENGELS *apud* BOTELHO, 2016, p.15).

A luta central do MTST pelo direito à moradia digna para todos os trabalhadores se coloca contra a atual forma de organização social e o modelo de cidade do capital (que visa unicamente o lucro). Por isso, o objetivo maior do MTST é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado (MTST, 2017).

4. MTST: HISTÓRIA, LUTA E ORGANIZAÇÃO

4.1 – Composição do Movimento

Retomando à introdução deste texto, a partir da análise marxista do modo de produção capitalista compreende-se que há duas classes sociais antagônicas, os proprietários e aqueles que vendem sua força de trabalho, em uma relação que é essencialmente de exploração e dominação. Estas classes estão em luta, como mostra o movimento da história, enquanto existirem classes sociais existirá luta de classes.

O MTST é um movimento composto por uma parcela dessa classe trabalhadora, ele é organizado por trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Desde sua origem o movimento já tinha uma base social clara: a população pobre das periferias das grandes e médias cidades. Em sua primeira ocupação, no Parque Oziel localizado no município de Campinas - SP, viam-se trabalhadores desempregados, aposentados, mulheres em atividades informais e os que sobreviviam de 'bicos', 10 a 15% dos ocupantes eram metalúrgicos que deixaram suas casas de aluguel na tentativa de diminuir os gastos mensais (GOULART, 2011, p.37).

O movimento cumpre um importante papel na luta de classes, ao resgatar a luta histórica pela conquista de moradia digna e pelo direito à cidade que começou a ser tolhido no processo de urbanização da França com a *haussmannização*³ (política urbana que foi

³ Método Haussmann, foi um planejamento urbano de descentralização dos pobres para as áreas periféricas, esse método advém da França e mais tarde é exportado para outros lugares. Além disso é um projeto de alargamento das ruas, na tentativa que dificultar manifestações populares (BOTELHO, 2015, p.16).

imitada em outros lugares do mundo). A cidade se coloca como um campo de disputa entre os interesses da burguesia e dos trabalhadores. O caráter anticapitalista e os objetivos do MTST tem papel importante nessa disputa contra o modelo capitalista de cidade.

4.2 – Cronologia do Movimento

O MTST emerge no final dos anos 1990 e no decorrer dos anos cresce em número de ocupações e em área de atuação territorial, até chegar à nacionalização em 2009. Toda sua trajetória foi construída sob o projeto neoliberal em pleno desenvolvimento no Brasil, e mais da metade de sua existência ocorreu durante os dois governos do Partido dos Trabalhadores. Nessa cronologia estão algumas das muitas ocupações e ações feitas pelo MTST ao longo dos seus 17 anos de existência.

O MTST faz referência à sua origem em um documento, a Cartilha do Militante, onde confere ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um papel importante na sua formação. Guilherme Boulos, membro da Coordenação Nacional do MTST, diz que “O MTST, incondicionalmente, tem, dentro de si, o código genético do MST” (BENOIT, 2002, *apud* GOULART, 2011, p.14). Adotando os métodos de ação do MST (ocupações e a dinâmica dos acampamentos), forja-se um movimento de intervenção com os trabalhadores da cidade, com a participação de militantes do MST que foram liberados para ajudar na construção de um movimento urbano (MTST, 2005 *apud* GOULART, 2011).

A constituição do MTST se deu em Campinas - SP, uma cidade com uma grande quantidade de pessoas sem moradia ou com moradias precárias. Como demonstra a pesquisa divulgada pela Secretaria de Habitação de Campinas, em outubro de 1999, eram 157.648 pessoas vivendo em moradias precárias, ou seja, 16,76% da população da cidade. Sendo que destas, 86.974 (55,17%) viviam em ocupações e 63.690 (40,4%) em favelas (IBGE *apud* GOULART, 2011). Esta era a condição propícia para a organização do MTST e sua primeira ocupação.

A primeira ocupação, de acordo com Goulart (2011), aconteceu em fevereiro de 1997 e foi chamada de Parque Oziel (nome em homenagem a um dos sem-terras assassinados no massacre em Eldorado dos Carajás – PA, em 1996). Ela foi organizada por militantes do MST e serviu como experiência de aplicação da forma de organização de

acampamentos desse movimento em um contexto urbano. Sem água, esgoto, luz e serviço de coleta de lixo, o local reuniu inicialmente 200 famílias, chegando a comportar 1000 famílias.

No processo de ocupação, a violência deixou marca na pele dos acampados. Foram assassinados quatro líderes do MTST em menos de quatro meses, no ano de 1998. Em 2000, mais uma ação violenta, outras duas lideranças foram assassinadas. (GOULART, 2011)

Em julho de 2002, na cidade de Osasco, foi ocupado um terreno abandonado, de propriedade da família Matarazzo, que chegou a ter entre 2000 a 3000 famílias. Após a justiça conceder ao proprietário a reintegração de posse, o movimento acampou, durante dois dias, na frente do Palácio do Governo e conseguiu um acordo com o estado. O então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, propôs a transferência das famílias para um terreno da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, em Guarulhos, há 50 km da área ocupada. Um mês depois da alocação das famílias no local combinado, em 6 de janeiro de 2003, uma ação do Ministério Público, que alegou contaminação da área, gerou um novo despejo. Em março de 2003, as famílias voltaram a ocupar uma nova área em Osasco e em 24 de setembro de 2003, sob forte violência policial, as famílias foram retiradas dos barracos. (GOULART, 2011)

O despejo que se seguiu mostra o grau de arbitrariedade e violência da polícia militar. Prenderam uma criança de 12 anos porque três policiais estavam espancando a mãe desse menino no meio do despejo e este tentou proteger a mãe (Informação verbal, dezembro 2010 *apud* GOULART, 2011). Somente em 2011, após cinco despejos e 9 anos de espera (e muita luta), as famílias conquistaram o direito à moradia.

No ano de 2003, na cidade de São Bernardo do Campo, 300 pessoas ocuparam uma área em frente à fábrica da Volkswagen do Brasil Ltda. Quatro dias após a ocupação, foi expedida uma liminar autorizando a reintegração de posse, o MTST pediu a intervenção do governo Lula por meio do Ministério das Cidades, através de uma carta enviada pelo deputado federal Vicente Paulo da Silva (PT-SP), o Vicentinho. O momento era propício, já que o presidente se reuniria, naquele dia (28 de julho), com o vice-presidente de recursos humanos da Volkswagen, para discutir o anúncio de 4000 demissões de funcionários da planta de São Bernardo, localizada em frente ao terreno ocupado. Nem operários, nem sem-tetos foram contemplados na conversa. (GOULART, 2011)

O despejo não foi precedido de negociação e os sem-teto tiveram apenas meia hora para sair do terreno. Com a presença de “oitocentos homens da Tropa de Choque, setenta da cavalaria, trinta cães, dois helicópteros e cento e quarenta veículos” (MIAGUSKO, 2008, *apud* GOULART, 2011, p.35), quatro mil pessoas foram despejadas da área em pouco menos de 5 horas.

Em abril de 2007, o MTST parou as Rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt e em maio junto com o MST, parou a Rodovia Anchieta-Imigrantes. A participação do movimento em ações conjuntas com outros movimentos e entidades aumenta. Como por exemplo, o Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre (2015) e o Ato contra a Reforma da Previdência, em Brasília, junto com sindicatos e partidos (2007). (GOULART, 2011)

Em março de 2008, o MTST decidiu, pela primeira vez, ocupar três áreas ao mesmo tempo, em cidades diferentes. Essa ação ocorreu como parte de uma mobilização nacional, da qual o MTST participou ocupando áreas nos municípios de Campinas, Embu das Artes e Mauá, gerando os acampamentos Frei Tito, Silvério de Jesus e Terra e Liberdade, respectivamente. (GOULART, 2011)

Em maio de 2009, no Encontro Estadual do MTST, é colocado o objetivo de nacionalizar o movimento, formando grupos de atuação em estados diferentes, mas sob uma única organização. Um passo importante para a luta, pois como colocou Daniel Costa, militante do MST e atuante no Parque Oziel, em Guarulhos, “os sem-teto têm crescido muito nos últimos anos, mas de forma desordenada [...] o movimento precisa deixar de ser municipalizado e ganhar caráter nacional” (MST, 1997 *apud* GOULART, 2011, p.44). A nacionalização demorou para se tornar realidade, ela foi sendo construída através do fortalecimento do MTST em São Paulo e pelo aparecimento de movimentos sem-teto, em outros estados do Brasil. (GOULART, 2011)

Em março de 2010, uma jornada nacional de lutas foi realizada, a ‘Minha Casa, Minha Luta’, com referência ao projeto habitacional do governo federal. Nessa ocasião, oito estados participaram da campanha, novamente com ações diretas, inclusive com ocupações de terras nessa data, como foi o caso do acampamento Che Guevara, formado em Taboão da Serra pelo MTST. Em razão dessa jornada de lutas, o número de ações no estado de São Paulo cresceu, chegando ao número de seis ações, que atingiram desde a capital até o interior. Em setembro do mesmo ano ocorreu o I Encontro Nacional, que

reuniu representantes do MTST de sete estados (Pará, Roraima, Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal). (MTST, 2009 apud GOULART, 2011)

No dia 29 de novembro de 2013, ocorre a ocupação do que vem a ser o maior acampamento paulista, com cerca de 8 mil pessoas cadastradas em busca de moradia digna. A Vila Nova Palestina, localizada em uma propriedade privada que foi endividada e abandonada, no extremo sul da capital paulista, em frente à comunidade São Lourenço e colada a uma série de mansões (SÁ, 2014).

Durante o ano de 2015 ocorrem diversas manifestações, nas quais a presença do MTST foi significativa, como por exemplo o ato de 26 de fevereiro, que colocou entre 8 e 15 mil pessoas nas ruas de São Paulo (SOBRINHO, 2015). O objetivo era protestar contra as medidas tomadas pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB-SP) diante da crise hídrica no estado, que estava causando uma situação crítica nas periferias. O membro da coordenação nacional do MTST, Guilherme Boulos, afirma: "O racionamento já existe na periferia. E não é redução de pressão, é corte. São muitos dias sem água nas torneiras das famílias pobres. É o racionamento seletivo. O que o governo fez foi pegar o dinheiro da tarifa e entregar para os acionistas da Sabesp, para o capital estrangeiro, em vez de se preparar para o período de seca" (CARTA CAPITAL, 2016). Em 2016 uma nova ocupação é organizada com o nome de Hugo Chávez. Centenas de famílias ocupam um terreno vazio localizado no bairro Campo do Santana, em Curitiba. Nesta ocasião, Guilherme Boulos faz uma fala junto aos acampados dizendo que num contexto de crise política e com a tentativa do governo de acabar com os programas sociais no país, a melhor resposta para essas ameaças da "elite sem vergonha deste país" é fazendo novas ocupações de terra como a daquele dia. "Enquanto eles ameaçam e tentam nos intimidar, vamos responder colocando lona preta em cada terreno vazio" (BOULOS, 2016).

O ano de 2017 tem início com uma importante ação por parte do MTST. No dia 15 de fevereiro, 400 militantes ocupam a Avenida Paulista, em protesto contra retrocessos no programa habitacional *Minha Casa Minha Vida*. A principal mudança rechaçada pelo movimento é a suspensão de contratos de construção de moradias para famílias com renda até dois salários mínimos. Para o movimento, 84% das pessoas que compõem o atual déficit habitacional brasileiro se enquadram nesta categoria. Segundo manifesto do grupo:

Aumentaram o limite de crédito do Minha Casa Minha Vida para R\$ 9.000,00, ou seja, transformaram um programa social em programa de

crédito imobiliário para financiar casa própria para setores que não são os mais necessitados, que não são os sem-teto e não são aqueles que mais precisam de moradia no Brasil. Por 22 dias foram realizados atos, formações e atividades culturais. Os ocupantes só se retiraram da Avenida depois de obter uma vitória, a pressão levou o Ministério das Cidades a assinar um compromisso de recriação da recentemente extinta faixa 1 do programa habitacional ‘Minha Casa, Minha Vida’. Que é a modalidade de financiamento que atende às camadas mais pobres, com renda mensal de até 1,8 mil reais. (CARTA CAPITAL, 2017).

4.3. O significado histórico do Movimento

No centro da linha política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto encontra-se a compreensão que o cerne do problema urbano está na própria estrutura do capital que, atrelado ao Estado, dá acesso a condições dignas de vida apenas à uma minoria. Assim, “o MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas” (MTST, 2017). Nesse sentido, o movimento não luta apenas pela moradia e reforma urbana, mas tem como estratégia a revolução proletária. E aponta como mediação necessária a construção do poder popular. Ou seja, o poder para a maioria da população, os trabalhadores, que dentro desse sistema são relegados às piores condições de moradia, de acesso aos serviços básicos e à uma educação de qualidade.

O MTST tem como objetivo também uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas, as quais giram em torno do lucro e, com isso, expulsam os trabalhadores para as favelas e periferias e tornam cada vez mais precários os os serviços públicos.

Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros vêm seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante (MTST, 2017).

Para alcançar seus objetivos, o MTST apresenta como tática a realização da ruptura sistemática através da construção do poder popular. Esta tática consiste na organização autônoma da classe, ou seja, distanciada da conciliação com a burguesia, e que se dá na organização dos trabalhadores em todos seus locais de vida, não só de moradia, como de estudo e lazer também. Segundo o movimento,

Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores [...]. Estimular e valorizar as

iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado. (MTST, 2017)

Tendo como norte essa perspectiva bem definida, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto produz uma forma própria de luta, suas principais ações são as ocupações de prédios ou glebas urbanas improdutivas/inutilizadas, e em situação de inadimplência/ilegalidade, que em sua grande parte serve ao capital especulativo. Dessa forma, o direito de ocupar firma-se sobre a legalidade que dispõe a Constituição Brasileira de 1988 sobre a função social da terra (BOULOS, Sem Ano, p.47):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III - função social da propriedade; (BRASIL, 1988)

Além das ocupações, o MTST com frequência realiza massivos atos de rua e fechamentos de rodovias. Contudo, para além de uma simples manifestação, o movimento tem um objetivo mais profundo com estas ações:

Ao bloquearmos uma via importante estamos gerando um imenso prejuízo aos capitalistas. [...] Quando enfrentam nosso bloqueio, as mercadorias atrasam, o que lhes traz prejuízos. [Assim] Conseguiríamos impor uma grande derrota ao capital e avançar na transformação que queremos. Este é um grande objetivo do MTST. (MTST, 2017)

Em resposta à esta forma de atuação, a repressão estatal engendrada pela força policial e jurídica se dá de forma violenta. Geralmente os acampamentos, apesar de massivos, sofrem rapidamente as medidas de reintegração de posse. “É importante notar que a truculência com que esse acampamento [em São Bernardo dos Campos] foi tratado não é um caso isolado mas, ao contrário, um padrão na relação do governo com o MTST; cujas ocupações têm sido objeto de reintegração de posse realizada com muita violência e, às vezes, de modo ilegal” (PINHEIRO, 2005, p.161).

O processo de criminalização tem-se acirrado desde o último ano após a aprovação da Lei Antiterrorismo de 2016, que coloca os lutadores na ilegalidade. Os

exemplos de repressão são muitos, tendo em vista que a burguesia e o Estado reconhecem este movimento social como um inimigo interno do sistema capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o grau de repressão sobre o movimento e o seu programa político que se baseia na luta anticapitalista, compreendemos que o MTST representa uma importante força na construção da revolução socialista brasileira. Este instrumento da luta da classe trabalhadora é responsável pela unificação dos trabalhadores em seus locais de moradia, tendo em vista que na atualidade a organização no local de trabalho se tornou mais complexa, dada a heterogeneidade da classe, a corrosão por dentro da classe trabalhadora, bem como a cooptação de partidos e sindicatos⁴. Da mesma forma, o movimento tem um papel crucial no fortalecimento de outras formas de luta e instrumentos da classe, pois demonstra a possibilidade de combate às estruturas capitalistas, mesmo com a repressão constante a que está sujeito. Este certamente é o principal significado histórico que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto representa.

Deste modo, foi possível traçar sinteticamente a trajetória do maior movimento social presente na luta por moradia no Brasil. O movimento apresenta a estratégia socialista para a solução da questão urbana dentro do capitalismo, mantendo enquanto mediação tática a construção do poder popular. Por fim, compreendemos que este artigo não se encerra em si e que se faz necessário debruçar-se sobre o MTST em outros estudos para analisar sua particularidade na realidade brasileira e seus métodos de organização e luta.

⁴ Com as transformações do capitalismo, o processo produtivo modificou-se, descentralizando-se das fábricas. Processo conhecido como desterritorialização das indústrias. Esse fator levou divisão espacial dos trabalhadores no seus locais de trabalho. Contudo, estes se encontram predominantemente nas favelas e periferias. Além deste fator, a classe trabalhadora divide-se em diversos ofícios, é válido ressaltar que majoritariamente não encontram-se no sistema fabril.

6. REFERÊNCIAS

BOULOS, Guilherme. **Por que Ocupamos?**. Editora MTST. 2ªed. Sem ano.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 mar 2017.

BOULOS, Guilherme. **Entrevista**. In: Mídia Ninja. 2016. Disponível em <<https://www.facebook.com/midiaNINJA/videos/629283070563175>>. Acesso em: 26 mar 2017.

BOTELHO, Maurilio. O problema da habitação em Friedrich Engels. **Revista História e Luta de Classes**, n. 21, p. 12 - 15, março 2016

CALADO, Joana das Neves. **O Caráter Do Patriarcado Na Ordem Social Do Capital: Um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade**. Dissertação de Mestrado. UFSC: 2016.

CASTELLS, Manuel. O fenômeno urbano: delimitações conceitos e realidades históricas. In: **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Marília, UNESP, 2011.

MACIEL, Glaucio. GONÇALVES, Rafael. Mercantilização da cidade do Rio de Janeiro e a concessão do Setor Corcovado / Paineiras do Parque Nacional da Tijuca.' **Revista História e Luta de Classes**, n. 21, p. 44 - 45, março 2016

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Instituto José Luis E Rosa Sundermann. 2003. Disponível em: < http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf>. Acesso em: 25 mar 2017.

MTST. **Quem Somos**. 2017. Disponível em: < <http://www.mtst.org/quem-somos/>>. Acesso em: 25 mar 2017.

_____. **As Linhas Políticas do MTST**. 2017. Disponível em: < <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 25 mar 2017.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. Editora Cortez. 4ª ed. São Paulo: 2008.

PINHEIRO, J. Nem teto, nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 13/14, p. 160-171, 2005.

REVISTA CARTA CAPITAL. **MTST Reúne Milhares Contra a Crise Hídrica e Pressiona Governo de SP**. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/mtst-reune-milhares-contracrise-hidrica-e-pressiona-governo-de-sp-1058.html>>. Acesso em: 26 mar 2017.

SÁ, Eduardo. Vila Nova Palestina: o maior acampamento paulista. **Revista Fórum**, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/07/17/vila-nova-palestina-o-maior-acampamento-paulista/>>. Acesso em: 26 mar 2017.

SANTOS, Claudia. Uma nova onda neoliberal varre os direitos sociais: notas de leituras sobre o debate atual da terceirização 1. **Revista Universidade e Sociedade**. Número 57. Ano XXVI. Janeiro de 2016, p.6 – 16.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Lojas da Oscar Freire Fecham as Portas em Passeata Contra a Terceirização. **Revista Carta Capital**. 2015 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/lojas-da-oscar-freire-fecham-as-portas-em-passeata-contraterceirizacao-9951.html>>. Acesso em: 26 mar 2017.

KULA, Witold. **Problemas y Métodos de la História Econômica**. Editora Península. 1977.